

Avaliação do PNAPQ aplicado aos produtores de café no sul de Minas Gerais

| **Marlene de Araújo**
Universitat de València, España

RESUMO

Objetivo: compreender o uso do programa de certificação da produção de café para gerar conversão pretendida pelo plano PLANAPO - Plano da Política Pública PNAPO. **Método:** utilizou-se de técnicas qualitativas e quantitativas em uma cadeia agrícola específica: café convencional e café orgânico. **Resultados:** no período 2007 a 2017 existiam mais produtores de hortaliças que utilizavam recursos financeiros da Agricultura Familiar do que produtores de café. A PLANAPO enfatizou atividades de horticultura, com sucesso. Os produtores específicos da cadeia do café desconheciam a PLANAPO. Dos 341 produtores entrevistados 93% não a conheciam. Os programas de certificação introduzidos pelos agentes de mercado foram os principais promotores da conversão da cultura do café convencional para orgânico. **Conclusão:** a dificuldade de acesso aos recursos e a baixa oferta de assistência técnica foram os motivos para que entre 2007 e 2015 o êxito da conversão tenha sido inferior a 2% (1.040 produtores) em relação ao número total de produtores considerados familiares.

Palavras-chave: Plano de Política Pública PNAPO, PLANAPO, Avaliação, Agroecologia e Café Orgânico.

■ INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultado de uma síntese da tese de doutorado em avaliação de plano para desenvolvimento territorial e local realizada na Universidade de Valencia, Espanha no período de 2012 a 2017. O objetivo do estudo foi de compreender o uso do programa de certificação da produção de café convencional para a conversão de café orgânico, uma vez que o PLANAPO preconizava em sua pauta a urgência da redução dos usos de produtos químicos nos manejos agrícolas. Essa proposta se materializou na pesquisa de campo com os produtores de café orgânico no sul de Minas Gerais e, o objetivos específicos foram avaliar em que medida os produtores tradicionais de café conheciam o PLANAPO e, se sua regulamentação por meio da certificação da produção de café havia promovido mudanças nas práticas de produção. Como também, foi analisado em que medida os serviços típicos dessa política pública foram entregues e o nível de satisfação dos produtores com esses serviços.

■ MÉTODO

O método de avaliação de políticas públicas, aplicado à avaliação do plano PLANAPO, priorizou a análise do desenho da plano em um ambiente específico, como: organização de atores, a mudança gerada, a percepção dos beneficiários sobre a mudança, o impacto em relação ao progresso social-econômico e de bem-estar dos produtores. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa e quantitativa para levantamentos de dados e percepções. Elaborou-se uma matriz lógica que funcionou como marco referencial. Com base na matriz lógica foram produzidos os questionários de avaliação do plano - PLANAPO da política PNAPO. Com os primeiros dados das entrevistas foi possível traçar os processos de produção tradicional e a evolução para café orgânico, os fatores limitantes, fatores promotores e seus impactos. O desenho do questionário foi baseado em quatro métodos diferentes e complementares, a saber: Garcia (1997); Benjamin (2008); ANDERSON Fornell e Lehmann (1994); Trevisan e Bellen (2008).

Foram entrevistados 341 produtores de café nos municípios de Alfenas, Alpinópolis, Boa Esperança, Guaxupé, Campos Gerais, Campo do Meio, Machado, Três Pontas, Três Corações, Varginha e Poço Fundo, no Estado de Minas Gerais.

No município de Poço Fundo está localizada grande parte dos produtores certificados em café orgânico, por meio da certificadora *BCS OKO Garantie, FAIR TRADE, Produto Orgânico Brasil, SIPAF SEAL* por esse motivo, a pesquisa de campo utilizou para estes grupos as entrevistas qualitativas de ajuda.

Este grupo foi entrevistado com questões qualitativas e quantitativas por meio de entrevista de escuta em profundidade. Os líderes setoriais e agentes de políticas públicas

agrícolas da região também foram ouvidos por meio de entrevistas semiestruturadas e em profundidade.

Durante o estudo, também, se analisou documentos, decretos, normas e informes do governo federal e estadual. Foram realizadas visitas aos especialistas em socioeconômica que monitoram dados produtivos e econômicos, como também, aos especialistas em manejo. Para validar as informações e dados foram feitas análises laboratoriais para comprovar as observações realizadas nas propriedades rurais.

■ RESULTADOS

Os principais resultados obtidos a partir da entrevista com 341 produtores de café arábico entre orgânicos e convencionais em 11 cidades do Sul de Minas Gerais, em 2015 serão detalhados, dando ênfase ao perfil dos entrevistados, a consecução dos objetivos do plano, os certificadores, acesso aos recursos financeiros e seguro agrícola.

Os entrevistados possuíam a seguinte faixa etária: 42% de produtores com 40 a 59 anos de idade. 5% eram jovens entre 18 e 25 anos de idade e, 55% entre 26 e 39 anos. Com experiência em cultivo de café tínhamos 26%, com a idade 15 a 20 anos de trabalho. Um pouco mais da metade (52%) já possuía terras herdadas ou compradas sem recursos de financiamentos. As propriedades podem ser consideradas pequenas para o padrão brasileiro pois, 60% possuíam propriedade de até 19 hectares. Sobre a formação educacional: 36% possuíam apenas a educação primária, 43% a secundária e 18% superior. A educação superior era mais comum entre mulheres.

A Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica-PNAPO, criada pelo Decreto Presidencial 7.794 de 20/08/2012 (Brasil 2016/2019) enfatizou as atividades de produção de hortaliças e atividades básicas de produção de alimentos, como o milho para subsistência da família e pequenos animais. Entre os entrevistados 0,5% produziam hortaliças para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003 e, por isso, utilizavam recursos do Programa Agricultura Familiar.

Os produtores específicos da cadeia do café desconheciam essa política, dos 341 produtores de café entrevistados 93% não conhecia a PNAPO. O plano da política não obteve sucesso nos seus objetivos de promover a produção de café entre jovens e mulheres. Entre os produtores entrevistados 11% utilizavam o Programa de Crédito Nacional de Agricultura Familiar- PRONAF, porém, desconheciam os programas como Créditos PRONAF Mulher e PRONAF Jovem. O PRONAF *Agroecologia* era utilizado por 1,7% produtores entrevistados.

Entre 2009 e 2011, 13% dos produtores utilizaram algum tipo de crédito agrícola público, como BNDES/FINAME para a compra de equipamentos.

Na opinião dos produtores de café convencional e orgânico os custos do processo de certificação eram altos. Os processos de certificação no setor de café são: Selo de Pureza Abic, Selos de Qualidade Abic, *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA), Selo Orgânico, Certificações *Rainforest Alliance* e UTZ, Indicação de Procedência, Denominação de Origem e *Cup Of Excellence*. O processo mais conhecido e utilizado entre os entrevistados era o Certificações *Rainforest Alliance*, UTZ, *FAIR TRADE* e o Sistema Participativo de Garantia.

O seguro rural, na opinião dos entrevistados, não estava dirigido para garantir a produção e a renda dos agricultores, mas sim para garantir o pagamento dos créditos do PRONAF, isto é, para proteger o sistema bancário. Por outro lado, o seguro não estava adaptado ao processo de produção agroecologia, colocando restrições às práticas agroecologias. Portanto, tudo o que está relacionado ao sistema de seguro rural é um tema distante da realidade dos pequenos produtores de café. A maioria não tem a produção assegurada (73 %), e os que têm a produção assegurada ainda estão insatisfeitos (17 %). A insatisfação está relacionada aos parâmetros, pois, as empresas seguradoras usam métricas para avaliar as perdas dos produtores que não acompanham as diretrizes e parâmetros oficiais, por isso, os produtores acreditavam que não são parâmetros confiáveis. O sistema não ofertava uma cobertura suficiente.

Foi possível confirmar que existia uma integração inicial entre PNAPO com a Política de Agricultura Familiar- PRONAF. No processo de conversão de café convencional para orgânico 150 produtores (43%) possuíam a Declaração de Aptidão PRONAF- DAP, o significa que estavam inseridos no Programa de Agricultura Familiar e participavam do Programa Certifica Minas. A DAP era um requisito para ser beneficiário PNAPO, porém, os critérios da DAP desestimulavam muitos produtores (67%) que possuíam renda maior que o mínimo exigido pela DAP e, por isso, preferiam não entrar no processo.

O PRONAF e nem a PNAPO, na prática, não ampliaram a participação de jovens no setor de café orgânico. Os entrevistados jovens eram 5 %, o que evidencia a sua baixa representação no setor de café nesta região.

Era necessário que jovens fossem envolvidos e que se promovesse junto aos produtores mais experientes que repassem seus conhecimentos. Dever-se-ia ampliar a formação na área de manejo, formas de boa convivência com o meio ambiente porque a legislação ambiental, a gestão da propriedade por meio da tecnificação agrícola, como também, os tipos de certificação estão sempre evoluindo.

Os principais agentes para a implantação do plano (PLANAPO) era a Empresa Brasileira de Assistência Técnica- EMATER, assim como a Ater Agroecologia. Estes agentes tinham entre seus objetivos a inclusão de princípios ecológicos. Atuavam nos municípios de Poço Fundo e Machado. Cooperativa COOPFAM da cidade Machado trabalhava em parceria com

a EMATER e Ater, para a capacitação e fortalecimento da implantação do café orgânico e, a maioria do público-alvo eram mulheres, especificamente o grupo MOBI.

Nos outros municípios essa parceria não foi relatada nas entrevistas e a transferência de conhecimento para o setor de café era prioritariamente realizado por cooperativas. Entre 7 cooperativas comportava 31 mil produtores de café em 100 cidades, porém o nicho de café orgânico não era de interesse de todos os produtores.

As cooperativas são as instituições que agregam produtores, possuem poder de influência e credibilidade para promover mudanças até mais que as instituições governamentais, pois essas não possuem recursos humanos e financeiros suficientes para atender grandes áreas territoriais e monitorar o manejo de forma organizada e sistemática.

A percepção sobre o índice de satisfação dos entrevistados foi para cooperativas 55%, em especial para as atividades de comercialização e apoio com empréstimos de recursos públicos para custeio. As cooperativas destacaram com 32% e 35% respectivamente.

Encontrou-se entre os atores uma cooperativa com estratégias originais: a COOPFAM que se destacou com 100% de satisfação sobre a promoção da produção do café orgânico e proatividade na promoção do acesso dos produtores neste nicho de mercado.

A Emater foi a mais bem avaliada sobre orientações de manejo 68%, orientação técnica sobre solo e meio ambiente 64%.

Entre os produtores se destaca o grupo MOBI. Observou-se que 40% de produtores, deste estudo de caso, eram de mulheres produtoras de café orgânico, membros do movimento Mulheres Organizadas em Busca de Independência Financeira - MOBI.

As mulheres do Grupo MOBI- Mulheres Organizadas em Busca de Independência Financeira, 40 ao total, produziam café orgânico formaram o Sistema Participativo de Garantia, que tinha por princípio a troca de experiências entre os produtores de café orgânico. Elas mesmas preveniam, corrigiam não conformidades e compartilhavam a responsabilidade pela garantia da qualidade dos produtos orgânicos e sistemas de produção. Este grupo recebia recursos do PRONAF Custeio, porém, não puderam utilizar os recursos PRONAF Agroecologia porque ele chegou a ser implantado.

Os produtores de café natural (secagem de café no terreiro com a luz do sol) enfatizaram que o preço de venda, a cada ano, é o que determina a decisão de permanecer no negócio. A margem de contribuição era muito baixa e seria mais vantajoso aplicar os recursos no mercado financeiro. Eles possuíam 15 grupos de variáveis de custos, sendo eles: capinas e desbrotas; adubação; aplicação de herbicida; aplicação de defensivos; roçagem e poda; transportes de produção e insumos; custos administrativos; colheita; secagem e beneficiamento; calagem; insumos; herbicidas; fungicida e outros produtos agrícolas e impostos. O que pesava mais nos custos era a aplicação de herbicidas e colheita, em função

do custo da mão de obra e combustíveis. Por esse motivo, buscavam ter alguma área da produção convencional transformada em orgânica.

Os preços do café orgânico eram 30% maiores que o café convencional e as vezes em função do sabor poderia chegar até 50%. Naquele momento estes eram os fatores motivacionais para refletir sobre a conversão.

Contudo, os produtores de café natural não viam compensação suficiente no cultivo do café orgânico se não estavam em uma região apropriada, se não estavam trabalhando com cooperativas capazes de criar estratégias para este nicho transformando o produto em carro chefe. Estavam inseguros e preocupados que o café orgânico pudesse vir a ser um modismo e, como envolvia uma grande mudança de procedimentos de manejos, controles administrativos e novos custos preferiam ter cautela.

Os produtores de café orgânico tinham três razões para fazer a conversão: o preço-prêmio (preços de venda até 50 % maiores, porém os custos eram de 30% maiores), os efeitos mais positivos sobre a saúde, a garantia de assistência técnica gratuita. Usavam a frase que estavam trocando qualidade por quantidade.

A visão ambiental

A produção de café em geral é um setor de baixo risco ambiental, posto que café é uma espécie arbórea e 95% dos produtores aplicam medidas de proteção ambiental conforme as normas ambientais oficiais. Entre os entrevistados, a Área de Proteção Permanente e Reservas Legal eram respeitadas por 95% dos entrevistados. Porém, entre este total, 40% de produtores precisavam recuperar áreas de pastagens e 30% ainda planejavam recuperar áreas de proteção nas margens rios.

Os produtores de café orgânico e convencional utilizam dois tipos adubos e fertilizantes, tanto orgânico como químico, na mesma propriedade. Normalmente escolhem áreas de montanhas para cultivar o café orgânico e nas áreas planas cultivam café convencional. As áreas de montanhas são mais frias devido à altitude e possuem mais vegetação que ajudam a proteger contra as pragas, o que favorece o processo de produção orgânica. Na entrevista os produtores não mencionaram o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). Este programa era 2014 e foi defendido por especialistas em saúde humana em função do consumo de pesticidas no Brasil.

O plano da PNAPO, isto é, o *PLANAPO* foi formulado para funcionar integrado aos serviços de outras políticas públicas como PRONAF - recursos financeiros-, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - acesso ao mercado de consumo escolar-; PRONAF Agroecologia - recursos específico para conversão de modelo de produção-, e PRONARA - redução e resíduos contaminantes- porém a integração não funcionou bem, porque, agentes

importantes para a implantação, como: bancos, rede de produção de adubos orgânicos não conheciam estes procedimentos integrados. O plano no momento da formulação não criou meios para a execução integrada e, por isso, apresentou debilidades. A ausência dos produtores rurais, dos bancos, dos produtores de adubos orgânicos e as cooperativas agrícolas na formulação da política foi um fator determinante de insucesso.

No depoimento nº 9. Pesquisa de Campo, Campo do Meio-MG. (05/10/2014) informaram que na época, participaram da formulação representantes do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista, as associações rurais e dos sindicatos rurais. Estes agentes eram representantes políticos e de classes. Possuíam importância ideológica e de fortalecimento do discurso, não obstante, não os se poderia qualificá-los como suficiente.

As outras partes interessadas que poderiam reforçar suas estratégias de execução para novos negócios e em novos nichos de mercado, como: os produtores de insumos químicos e cooperativas se sentiram ameaçadas com a ambição do PLANAPO. Normalmente, as cooperativas de café são parceiras da indústria química de adubos e fertilizantes e o seu negócio de venda para os produtores de café já estava bem consolidado. A consequência foi um abaixo apoio das cooperativas de café associadas a essas empresas, pois não estavam dispostas a criar novas linhas de negócios para diferenciar e valorizar o café orgânico de seus cooperados. Porém, a posição da cooperativa é importante na decisão do produtor de café sobre fazer a conversão ou não fazer.

Em resumo, o êxito dos produtores de café orgânico da cidade de Poço Fundo só foi possível devido o acesso ao crédito do Programa de Agricultura Familiar - PRONAF e pela visão da cooperativa local (COOPFAM), que construiu uma parceria com estes produtores e com os fornecedores de insumos orgânicos, como também, transformou o café orgânico como carro chefe na sua comercialização.

O PRONAF no café orgânico

O empréstimo do PRONAF, ao longo do tempo foi sendo reduzido e passou a ter uma chancela política. Os critérios passaram a ter mais revisões e se tornaram restritivos aos novos contratantes, o que reduziu o interesse da conversão em outros municípios. Ainda que o Programa Certifica Minas, a Pastoral da Terra e a COOPFAM tenham feito um bom trabalho no município de Poço Fundo e deram um bom exemplo, o resultado na regional foi insignificante. A região estudada em entre 2013 e 2014, tinha 119 produtores orgânicos 0,64% do total de produtores de café: 31 mil. Estes produtores obrigatoriamente deveriam fazer parte do Programa de Agricultura Familiar. Nas cidades estudadas havia 31 mil produtores de café convencional e 10.723 produtores cadastrados no programa no Programa de Agricultura Familiar (MAPA, 2016).

No depoimento e análises de diretores de cooperativas a dificuldade de acesso aos recursos e a baixa oferta de assistência técnica foram os motivos para que entre 2007 e 2015 o êxito da conversão tenha sido inferior a 2% (1.040 produtores) em relação ao número total de produtores considerados familiares (DEPOIMENTO N° 52, POÇO FUNDO, 2014).

Para os agentes da política, o processo de conversão era considerado muito lento porque “ser orgânico” estava perdendo o status de produto diferenciado e os processos com menos uso de pesticidas estavam se tornando uma obrigatoriedade. Porém para os técnicos do Certifica Minas, o motivo da lentidão estava no analfabetismo de muitos produtores cadastrados programa de Agricultura Familiar pois, não tinham facilidade de lidar com gestão da informação e gestão de custos.

Quanto às opiniões sobre a Política Ambiental, os produtores de café em geral percebiam a política como coercitiva e pouco integrada a Política Agrícola. Um entrave para a gestão da propriedade. Eles entendiam que os fiscais da Política Ambiental não estavam bem estruturados para difundir o conhecimento, os princípios da conversão e da recuperação ambiental. O órgão tinha caráter punitivo e não educativo e, se mantinha distante do produtor. A grande maioria 60% preferiam cultivar árvores exóticas em suas propriedades, porque se cultivassem árvores nativas estariam impedidos de utilizá-las como madeira.

■ DISCUSSÃO

A história da Política Agrícola Brasileira é complexa, extensa e antiga. As primeiras iniciativas podem ser organizadas em quatro grandes fases na política agrícola, segundo Coelho (2001, pág. 03), a saber:

De 1931 a 1964: agricultura primitiva;

De 1965 a 1984: modernização da agricultura;

De 1985 a 1994: transição da agricultura;

De 1995 aos dias atuais: agricultura sustentável.

As ações de promoção do desenvolvimento econômico por meio de políticas públicas setoriais foram todas iniciadas pelo Estado Brasileiro e, bem recebidas pelos setores produtivos, como por exemplo: a criação e implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR (Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Fundo da Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ (Decreto-Lei nº 2.295, 21/11/1986); Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, 24/07/2006) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012).

O Brasil desenha boas políticas públicas, porém, o bom desenho não garante o sucesso na implantação, por motivos variados, mas, principalmente diagnósticos equivocados. A sociedade e o mercado são dinâmicos e exigem que o setor esteja atendo às suas necessidades e, nem sempre o Estado está fazendo o mesmo tipo de “antenagem”, como também, não possui a estrutura e profissionalismo suficiente para alcançar o produtor rural. E, em muitas vezes os comandos diretivos e autoritários típicos da alternância de governos, nem sempre aguardam que uma política amadureça e se consolide para alterar e avançar no desenho. As instituições que executam as políticas públicas não acompanham e não avaliam a trajetória do que foi proposto na agenda, como foi o caso das políticas da “pseudo” promoção do café. Segundo Schneider (IPEA, 2013, pág 24), diz que ironicamente, a política governamental do maior exportador de café do mundo fez pouco para promover o setor de café.

A política para o café, anterior aos anos de 1980, fez pouco para estimular a produção de qualidade, alterar a cultura da produção em quantidade sem agregação de valor para a cultura de qualidade com agregação de valor e criação de novos produtos a base de café.

A política agrícola do etanol já foi muito diferente. Schneider (IPEA, 2013, pág. 2) continua:

A sua principal ênfase foi em substituir importações em vez de promover as exportações. A facilidade com que as associações privadas de café promoveram a produção de qualidade assim que o governo fechou a agência governamental reguladora, o Instituto Brasileiro de Café (IBC), sugere que esta promoção não era exigente em termos de recursos e de pessoal.

E refletindo sobre a opinião de Schneider, se torna claro que, novas técnicas e conhecimento de manejos que levassem à qualidade com alinhamento aos requisitos de conservação ambiental poderia não ser a exigência de mercado da época. Essas exigências surgem com o evento ECO 1992. Antes disso, o mercado não estava atento às questões ambientais e se nem estava disposto a pagar o preço da conversão. De fato, os agentes governamentais precisam estar antenados nas demandas de produção, sociais e culturais de cada época. Ainda está por desenvolver essa cultura de gestão de política pública, onde se possa executar, monitorar, acompanhar os ciclos e a evolução da política, com o propósito de gerar aprendizado e aperfeiçoamento contínuo.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é uma política pública criada para tentar implantar as tão desejadas ações de desenvolvimento rural sustentável. Tinha como base de sustentação, no seu desenho formal, o público de agricultores específicos da reforma agrária, com ênfases em grupos femininos, comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, jovens de pequenas propriedades rurais e, também, para àqueles que desejassem reforçar e trocar as práticas de produção baseadas em insumos químicos para sistemas de

produção orgânica e ecológica, porém, o desenvolvimento sustentável não se faz apenas com as classes minoritárias. Por que os outros produtores não foram contemplados dentro dos seus contextos de produção?

Em 2012, a PNAPO nasceu com intenções tímidas. A produção de café não estava no seu foco como uma ação direta. As pessoas que faziam parte dos Movimentos Sem Terra-MST e, que não tinham conhecimentos ou tradição agrícola, mas, que poderiam atuar na produção de hortaliças estavam contempladas nas diretrizes dessa política. Considerando esse perfil de clientela, a política foi entendida como alicerçada no viés ideológico do Estado de Bem-Estar que estava no poder em 2012.

Entre as diretrizes da PNAPO, as pautas eram grandes, ousadas e complexas. A Lei nº 7.794, de 20/08/2012 que foi alterada constantemente e, a cada alteração ela se tornou mais integrada a Lei de Agricultura Familiar. A inconstância no texto da lei dificultou a avaliação da política, porém discutiremos aqui, as suas principais pautas.

Promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e os direitos humanos a uma alimentação adequada e saudável; promover o uso sustentável dos recursos naturais, promover sistemas justos e sustentáveis de produção e agroecológica e contribuir para diminuir as desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovem a autonomia econômica das mulheres.

Ajudar na conservação e restauração de ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzem resíduos contaminantes e a dependência de insumos externos para a produção agrícola; ajudar na conservação e restauração de ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzem resíduos contaminantes; ampliar a participação de jovens das comunidades rurais na produção orgânica e de base agroecológica.

Para compreender o espírito governamental da época discutiremos cada uma dessas pautas, individualmente, visando identificar pontos fortes e fracos.

- **Promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e os direitos humanos a uma alimentação adequada e saudável.**

Promover, é um verbo de baixo comprometimento. Essa é uma pauta ampla, que envolve fatores de acesso a vários tipos de recurso: terra, crédito, insumos, tecnologia, conhecimentos, articulações mercadológicas, integração com cadeias produtivas e condição econômica de investimento e, ainda, possuir transversalidade com outras políticas de segurança alimentar. Considerando as limitações de produtividade e rendimento da agroecologia em terras tropicais essa pauta possui riscos de se tornar um vago discurso. Típico de políticas do Estado de Bem-estar Social, onde o Estado atua como Estado-providência, pois nele o governo adota medidas que intencionam proteger a saúde e o bem-estar geral

dos cidadãos, especialmente aqueles com necessidades financeiras, porém, na produção agrícola, o discurso por si só não promove transformações. Neste caso era melhor uma política social de repasse de recursos financeiros diretos, porém, com contrapartidas.

A produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos nos trópicos não é simples. A agricultura orgânica, o controle de pragas é realizado com métodos biológicos e produtos naturais que possuem custo alto e, sem manejo correto é incipiente. A preparação do solo para o plantio sem o uso de substâncias químicas, apenas com insumos naturais, como: farinha de ossos, compostagem e etc., só é possível, na vida prática, em algumas áreas da propriedade. Não é possível em toda a propriedade porque não há equilíbrio entre custos e benefícios. Caso o produtor adotasse a estratégia de agricultura orgânica em toda propriedade, ele não teria produção e rendimento suficiente para se manter no negócio e, não produziria na quantidade adequada para atender as demandas de seu mercado. Deve-se levar em conta, que os insumos naturais são caros, escassos e não estão disponíveis perto das áreas de produção. O seu uso aumenta em muito o custo de produção dos produtos orgânicos, devido aos custos de transporte e combustíveis. Por esse, motivo essa ideologia, acabou se tornando um nicho de mercado, no qual as demandas de alguns consumidores por produtos agroecológicos serão atendidas se estes estiverem dispostos a pagar mais pelo produto.

- **Promover o uso sustentável dos recursos naturais.**

Em 2012, o Brasil já exercitava a Lei nº 9.605 de 12/02/1998, que dispunha sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Já existiam instituições de fiscalização (como IBAMA) bastante atuantes, em especial, junto aos produtores rurais. Essa lei de caráter punitiva de crimes contra fauna, contra flora, crimes de poluição e outros crimes ambientais- artigo 62 - foi um marco no crescimento e desenvolvimento da cultura relacional entre homem e meio-ambiente no Brasil. Essa lei, ainda que pese muitos vetos e alterações ao longo de 24 anos, é uma das mais completas quando comparadas com as Lei ambientais da União Europeia.

Enquanto o Brasil preserva 70% das florestas, na Europa chegava aos 37% incluindo áreas reflorestadas. A floresta realmente nativa na UE era de apenas 4%, catalogada como “não alterada pelo o homem”. A maioria destas florestas eram pequenas, fragmentadas e dispersas em paisagens predominantemente humanizadas e suscetíveis a perturbações humanas. Segundo M. Svoboda, em Sabatini *et al* (2018, pág 9.) “desse total de 37% de florestas reflorestas e 4% primárias, uma grande fração delas 54% não estão sob proteção rigorosa”.

Isso significa que, pelo menos em alguns países europeus, a extração de madeira ou operações de gestão florestal podem colocar em risco a natureza intocada dessas florestas. Grandes áreas de floresta primária estão sendo cortadas em muitas áreas montanhosas, na Roménia e na Eslováquia e em alguns países dos Balcãs. A crescente procura por biocombustíveis juntamente

com as altas taxas de extração ilegal de madeira podem conduzir à destruição deste património natural insubstituível, muitas vezes sem entender que a floresta que está sendo cortada se encontra num estado primário. Em muitos casos, a extração dessa madeira na União Europeia é feita legalmente, também dentro de parques naturais. Sabatini; F.M et al, 2018. pág. 9).

O projeto Co-benefícios e conflitos entre o sequestro de CO₂ e a conservação da biodiversidade nas Florestas Europeias' (FOREST and CO) observa que a devastação das florestas na Europa está ligada à "recente expansão dos mercados da madeira (SABATINI; e et al, 2018. pág. 10).

No Brasil a regulamentação da Lei 9.605/1998 permitiu fortalecer leis de educação ambiental, desenvolveu o direito ambiental, a melhoria no manejo na produção agrícola, tratamento de resíduos e definição de áreas de preservação ambiental dentro das propriedades e, também, influenciou na melhoria da logística, provendo maior segurança para transportes de resíduos e produtos perigosos (BRASIL, 1988).

O PLANAPO já não tinha muito que avançar depois da Lei n 9.605/1998 e, por isso veio como um mecanismo de especialização para alguns setores muito específicos, atentos ao perfil de seus consumidores e assim, foi entendida pelas associações e cooperativas de produtores de café. De fato, foi uma oportunidade de desenvolvimento de nichos mercados na percepção das cooperativas e, neste sentido desenvolveram novas linhas de produtos: os produtos orgânicos. Permitiu fortalecer e ampliar suas carteiras de clientes, com produtores rurais que não possuíam nenhum tipo de organização e suporte para interagir com o mercado. E, com essas medidas, ainda foi possível, fidelizar produtores para operações de venda de café e compra de insumos de seus parceiros.

- **Ajudar na conservação e restauração de ecossistemas modificados por meio de sistemas de produção que reduzem resíduos contaminantes e a dependência de insumos externos para a produção agrícola.**

Esta pauta ainda merece um estudo de auditoria com pesquisas de campo para avaliar a situação anterior do PLANAPO. A questão que precisa ser respondida: qual era nível áreas degradadas que foram usadas para a produção agrícola incentivada pelo Planapo?

Avaliar o impacto pós PLANAPO, em especial, junto aos produtores que buscaram recursos financeiros no PRONAF para este fim. Este estudo, ainda, não existe.

Restaurar áreas degradadas exige recursos financeiros, conhecimentos, articulação de muitos atores e, aparentemente, nem sempre o resultado esperado é aquele que foi planejado. No VIII Simpósio de Restauração Ecológica realizado em São Paulo, 2019, discutiu-se sobre restauração de áreas degradadas. Deivid (2019, pág 45) citado em Barbosa, 2019, nos conta um pouco sobre este esforço:

No projeto Vitrine Agroecológica, desenvolvido no Vale do Paraíba, utilizou a metodologia participativa 'aprender fazendo', unindo cientistas, agricultores familiares, produtores orgânicos ou em transição, técnicos de assistência técnica e extensão rural (ATER), educadores e acadêmicos, para implantar e manejar os Sistemas Agroflorestais - SAFs em mutirões, promovendo o contínuo desenvolvimento de processos e pessoas e a ligação espiritual às forças da natureza. Ao integrar a pesquisa, ensino e extensão, suprim-se as deficiências de ATER para trabalhos holísticos com SAFs. Essas e outras ações coletivas impulsionaram a formação da Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba, que está disseminando os SAFs na bacia hidrográfica.

Na Rede Agroflorestal do Vale do Paraíba, para produtores de citros realizaram o dia de mutirão. Neste dia de trabalho de campo estudaram a paisagem: tipos de solos e vegetação, direção do sol e dos ventos, feições do relevo, vertentes (soleira ou noruega), processos de iluviação (processo de deposição de material removido de um horizonte imediatamente superior para um inferior, resultando na formação de uma camada compacta de solo) e eluviação (movimento de soluções ou de colóides em suspensão, de cima para baixo, nos solos, quando há excesso de chuvas sobre a evaporação) e, aspectos determinantes para o planejamento agroflorestal. Muitas propriedades familiares realizaram o plantio de frutíferas, com predomínio de *Citrus* sp., quase sempre em declínio da doença *greening*.

Segundo Devede (2019, pág 46) citado em Barbosa (2019) orientou que quando possível, deve-se fazer a conversão agroflorestal visando a regeneração. Nos casos em que predominam módulos de monoculturas, que estimulasse integração em faixas de Sistemas Agroflorestais para fortalecer a produção de alimentos e água, em paisagens alteradas que ainda abrigam razoável percentual de fauna e flora nativas. O foco foi proteger a atividade produtiva de flutuações extremas do clima, associando cultivos com árvores com a participação familiar no planejamento.

Nota-se que atuação da coordenação da política, no âmbito regional e local, era de fundamental importância para criar o ambiente, organizar e difundir conhecimentos e envolver produtores para que as ações de gestão ambiental da propriedade e restauração acontecessem. Neste estudo, sobre o PLANAPO no Sul de Minas Gerais, não ocorreu ações sistematizadas no sentido de educar e informar para restaurar a biodiversidade local. Os entrevistados se limitaram a relataram que transformaram suas áreas de pastos em culturas de café orgânico, porém, não transformou toda a propriedade, apenas de 1 a 5 hectares.

Existem outras discussões sobre a restauração ecológica em pequenas propriedades rurais que os proprietários perderam a motivação quando refletem sobre as alterações impostas pelo novo Código Florestal (Lei 12. 651/2012), que condicionou muitos aspectos e possibilidades da preservação e restauração da vegetação natural ao número de módulos fiscais da propriedade. A medida gera graves distorções e injustiças no tratamento das obrigações previstas nessa lei, gerando mais desigualdades no meio rural.

Mônico; A.C. e Gandolfi; S. (2019, pág.128) citado em Barbosa (2019) exemplificam que hoje, abaixo de quatro módulos fiscais dispensa-se o proprietário rural de restaurar a Reserva Legal da propriedade, se ela tiver sido degradada, ou até mesmo totalmente eliminada. Assim, em certos municípios de São Paulo, uma propriedade de apenas 21 hectares terá de restaurar sua Reserva Legal, enquanto outra com 440 hectares, no Mato Grosso, não precisará fazê-lo. Ou seja, se considerarmos como pequena uma propriedade que tenha apenas um módulo fiscal, isso pode significar uma propriedade de 5 ha em São Paulo, ou uma de 110 ha no Mato Grosso, e elas, obviamente, tem características e potencialidades produtivas muito diversas, necessitando, ou não, de ajuda pública.

A grande maioria dos entrevistados não comentaram sobre o custo de recuperação de áreas degradadas, porque já não as usavam devido a obrigatoriedade de tê-las transformadas em Áreas de Proteção Ambiental- APPs. 20% de cada propriedade na região sudeste desde 1989 é APP. Comentaram sobre o custo de transformar área de pastagens em áreas produtivas de café orgânico, mas, é considerado investimento e custos de produção.

Os 5% dos entrevistados que refletiram sobre o tema “custo da restauração de áreas degradadas” entendiam como “custo de desocupação de áreas de preservação”, que estavam irregularmente ocupadas e, gerava renda ao agricultor. No entanto, não pensavam na desocupação como “custo” uma vez que essas áreas são espaços especialmente protegidos em lei. Os produtores não foram ressarcidos por não utilizar essas áreas, porém compreendiam que não deviam ser remunerados até que a sociedade entendesse que a preservação é a produção de bens naturais para o bem comum da sociedade. Bens como: água, solo, infiltração de água no solo, ar limpo, preservação e fauna, flora, em especial, recuperação de biodiversidade com potencial de extinção. Acreditavam que a sociedade brasileira e, em geral, ainda não tinha conhecimentos relevantes para discutir o valor, a complexidade de recuperação e a preservação das áreas.

Para os produtores, o custo de recuperação de áreas era relativo. Que o preço poderia alterar em função da área, do método, da capacidade de produção e de pagamento para conduzir a operação de recuperação. E, que quando se cria a política pública é preciso ter em mente a realidade sobre a relatividade de capacidade de pagamento de cada tipo de produtor.

Sintetizando a discussão desse tema podemos enfatizar que a informação básica sobre paisagem, relevos, preservação da qualidade natural do solo e manejos não foram priorizadas de forma equitativa para todas as regiões. Quando elas existiram, foram iniciativas isoladas de algumas instituições.

No desenho dessa política não estava bem caracterizado os tipos de capacitação necessária e não se levou em consideração o perfil dos diversos públicos-alvo, os tipos de produção e demandas específicas sobre recuperação e restauração de biodiversidade.

A boa política pública se caracteriza pelo oferecimento de serviços, como: crédito, capacitação, possibilidades de novas tecnologias, como por exemplo: em algumas regiões do semiárido poderia ter difundido a técnica de se produzir em casas de vegetação, em função da condição de clima e solo daquele território.

Poderia, ainda, ter criado formas de usos para os resíduos de casca de café: compostagem para adubos orgânicos ou para produção de plásticos biodegradáveis, entre outros. Pensando bem, nesta política esses serviços eram até mais urgentes porque visava à transformação nos processos produtivos, culturais e, por isso deveria ter elaborado um plano de ação técnico-pedagógica, a partir de um diagnóstico de novas tecnologias e necessidade de recuperação ambiental em cada setor.

Em seu desenho deveria, também, ter um programa de crédito específico para o PLANAPO, o que não ocorreu. Essa política compartilhou o serviço de crédito com o PRONAF e, este não possuía os mesmos objetivos, parâmetros e critérios para que pudesse facilitar o acesso do produtor aos recursos financeiros.

- **Promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição consumo de alimentos.**

Essa pauta sobre a promoção de “sistemas justos” não ficou claro as estratégias de suporte para o desenvolvimento desse “sistema justo”. Para torná-lo realidade precisaria de uma forte oferta de serviços financeiros, acessíveis para implantação e para o custeio de projetos de produção. O sistema bancário continuou o mesmo, não foi sensibilizado para ser um ator neste processo.

Para o sucesso e evolução da proposta precisaria, também, que os produtores familiares tivesse acesso a conhecimentos técnicos por meio de instituições públicas, que na época já eram escassos de pessoal e estavam com os seus esforços voltados para o apoio ao MST, por isso, a transferência de tecnologias de forma abrangente e neutra (não ideológica) não estava disponível.

A Emater do Sul de Minas Gerais por falta de capacidade dirigiu seu atendimento apenas aos assentamentos de reforma agrária, priorizados pelos movimentos de esquerda e pelos grupos da Pastoral da Terra. Deveria ter banco de sementes que pudesse atender a pequenos produtos, com grande variedade de produtos básicos, como: milho e feijão, porém fortaleceram apenas bancos de sementes hortaliças. (DEPOIMENTO N° 142. PESQUISA DE CAMPO, MACHADO-MG. 02/10/2014).

A pauta do PLANAPO ainda tratava de:

- **Promover a valorização da biodiversidade agrícola e produtos do sócio biodiversidade e estimular as experiências locais de usos, manejo e conservação de recursos genéticos.**

Esse tema era quase desconhecido e, quando conhecido, era de difícil entendimento entre os produtores rurais. É um tema para pesquisadores e para gestores na implantação do PLANAPO. Não foram planejadas e realizadas ações para nivelar o conhecimento sobre valorização da biodiversidade agrícola. Não se propôs ações práticas de acompanhamento e monitoramento visando criar casos de *benchmarking* ou para difundir as práticas conscientes e bem-sucedidas na região. Talvez, a introdução e fortalecimento dos bancos de sementes em comunidade rurais seria o primeiro passo para essa pauta virar uma vivência. Contudo, até os bancos de sementes mais básicas possuíam restrições, porque a sua implantação interferia em interesses de grandes grupos produtores de sementes e mudas. E, o sistema de registro de sementes que visava à garantia de qualidade e procedência padronizou o acesso de sementes de forma que iniciativas de compartilhamento social de sementes perderam a credibilidade. Critérios como: constância da disponibilidade do insumo e garantia da qualidade do insumo estariam garantidos em um banco público de sementes? Essas ideias são de difícil implantação porque criam conflitos com normas pré-estabelecidas.

- **Ampliar a participação de jovens das comunidades rurais na produção orgânica e de base agroecológica.**

Em janeiro de 2014, o Estado de Minas Gerais foi o primeiro a comunicar que iria implementar uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Publicou uma Lei Estadual, a Lei nº 21.146/2014 que tinha como objetivo:

ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e a transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais. As ações eram destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, urbanos e aos povos e comunidades tradicionais (MG, Lei nº 21.146/2014).

Na época, o Estado de Minas Gerais possuía 366 agricultores orgânicos certificados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, isso incluía produtores café e outros produtos. Em 2022, no mesmo cadastro, contou-se 46 produtores de café e outros produtos certificados. Todos certificados pela ECOCERT. Por tanto, conclui-se que o número era pequeno em comparação ao ritmo de crescimento da demanda por produtos sem agrotóxicos no mundo e, o crescimento deste cadastro é lento.

No estudo de caso, entre os entrevistados em processo de certificação, o percentual de jovens na produção café orgânico era de 17 pessoas, 4,9%, com a idade ente 20 e 29 anos e, era a menor representação entre os produtores.

O cadastro do MAPA é nacional e internacional, ele abrange o tipo de entidade certificadora, o país, a cidade, se o produtor é ativo ou não, o CPF, CNPJ e NIF (quando estrangeiro), nome do produtor, escopo da atividade, atividade, contato e telefone, porém não registra a faixa etária do produtor. Neste caso, não dá para confirmar se de fato ampliou a participação de jovens das comunidades rurais na produção orgânica e de base agroecológica. Este objetivo pode ser uma pauta de pesquisa para futuros estudos.

- **Contribuir para diminuir as desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovem a autonomia econômica das mulheres.**

A pauta diminuir as desigualdades de gênero causou intenso debate e, surgiram muitas propostas de construção participativa com diferentes instituições de governo, movimentos sociais e grupos que representavam o movimento da reforma agrária. Nota-se que a política foi construída num ambiente de forte componente político e ideológico, na qual o discurso priorizava a necessidade de inserir as mulheres produtoras ao mercado e promover o acesso delas aos serviços da política, como: recursos financeiros, conhecimentos, assistência técnica e bancos de sementes. Estes serviços deveriam que ir além dos serviços oferecidos no PRONAF- Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Em 2022, analisando o cadastro MAPA encontrou-se apenas 14 mulheres com café orgânico certificado pelo ECOCERT, o que se supõe que este sistema de cadastramento oficial não é de conhecimento de todos as mulheres que realizaram a conversão ou que os esforços foram reduzidos em 2017. O cadastro oficial é o do MAPA, porém as cooperativas possuem os registros de produtoras certificados, mesmo porque os seus sistemas de armazenamento são diferenciados para cada tipo de café.

O estudo de campo, em 2014, registrou 40 mulheres no município de Poço Fundo em Processo de Certificação, no Sistema Participativo de Garantia e Fair Trade. As entrevistas do grupo MOBI alegaram que muitas mulheres não obtiveram sucesso no processo de certificação por causa do formato da Lei 11.326/2006:

Quando a produtora ia ao gerente do banco em busca de informações sobre o empréstimo PRONAF, o gerente apenas tinha como parâmetro o texto da Lei da Agricultura Familiar que considerava agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de não ter, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; que utilizassem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento; que tivesse percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento; e que dirigisse o estabelecimento com a família (DEPOIMENTO N° 148. PESQUISA DE CAMPO, POÇO FUNDO-MG. 02/10/2014).

Até 2014 maioria dos produtores tradicionais que tinha a intenção em iniciar ou testar em 1 hectare de suas terras com as práticas ecológicas se decepcionavam, porque nada cabia naquela forma de Lei genérica. O produtor rural, naturalmente, possui noção de risco e, não é porque tinha uma lei que ele iria assumir o risco de tentar produzir em toda a sua área com técnicas mais caras. Até por cautela eles iniciavam aos poucos.

Perfil MOBI

O MOBI – Mulheres Organizadas em Busca de Independência era um projeto da COOPFAM. O movimento na época da pesquisa de campo (2014 a 2015) estava empenhado no processo de conversão do café convencional para café orgânico com o objetivo de obter acesso ao mercado e ampliar os recursos financeiros da família. Eram mulheres da cidade de Poço Fundo e de Machado. O grupo possuía 30 mulheres diretamente produzindo café orgânico, produção de rosas e artesanato.

As participantes do grupo buscavam conhecimento continuamente sobre as novas técnicas de produção e novas culturas que pudessem ser consorciadas. Frequentavam vários cursos e seminários oferecidos por diversos parceiros da cooperativa, como: IFSULDEMINAS, SENAR e SEBRAE. O grupo MOBI contava com uma representante na direção da Cooperativa que, realizava a gestão do projeto.

Os clientes e a cooperativa demonstravam confiança no produto final do grupo MOBI porque as mulheres que iniciaram o projeto de produção de café orgânico desenvolveram um sistema de conformidade e certificação da produção no modelo de participação social. Quando uma produtora atingia o nível máximo dos parâmetros e critérios da certificação atuava como juiz das que estavam em processo. Em 2016, já vendiam os seus produtos para o Japão e Estados Unidos.

Cabe enfatizar que o grupo MOBI - possuía consciência dos princípios de desenvolvimento regional e local porque planejavam as ações no sentido de envolver mulheres, parceiros técnicos, coordenavam e monitoravam, permanente, visando a redução da desigualdade social no rural/ local. Nas entrevistas informaram que a visão do grupo sobre estratégias foi construída nas discussões com grupos católicos, em específico, com a Comissão Pastoral da Terra, desde 1978.

Quando comparado com o grupo Movimento Sem Terra - MST, este não tinha a visão de desenvolvimento da terra, de desenvolvimento da propriedade, de desenvolvimento de mercado, teste de implantação, novas culturas, criação de novos produtos e busca de novos clientes, ao ponto que seguidores do grupo MST se uniram ao MOBI e, em 2015, o grupo já possuía 40 pessoas. O grupo não fazia diferença e nem adotava o critério de

gênero. O critério era de comprometimento com a produção. O conceito de gênero começou a ser utilizado no marketing, em 2015, pela COOPFAM.

A constância e garantia da entrega da produção do MOBI possibilitou a COOPFAM desenvolver três linhas de café orgânico. Essas linhas comunicam valor ao produto orgânico em função do gênero: café orgânico que se obtêm das plantações conduzidas por homens, café orgânico feminino das Mulheres do MOBI e café orgânico produzido pelos jovens - que estava em formação. São linhas de produtos baseadas no marketing de gênero que são vendidas no mercado de *Fair Trade* nos Estados Unidos e na Europa. Comentaram que no Brasil essa estratégia não é valorizada (DEPOIMENTO N° 53, POÇO FUNDO, 2014)

Durante o estudo, solicitou-se que nos informassem sobre os seus conhecimentos repassados pelas organizações sociais que se relacionavam. Os temas mais difundidos na comunidade pelos técnicos eram sobre os riscos dos produtos químicos, especialmente, os glifosatos herbicidas.

O Grupo MOBI se posicionou sobre o uso de glifosatos herbicidas comentando que são resistentes ao uso por prevenção da saúde humana e, apresentaram seus cadernos de contabilidade demonstrando que de fato utilizam vários tipos de adubos orgânicos. Não era barato executar essa escolha. Estes adubos eram produzidos em outras cidades ou até em outros Estados, precisando planejar compras conjuntas para compartilhar o custo do frete. Por esse motivo, era a cooperativa que coordenava a compra do grupo. Estes adubos aumentavam até em 30% o custo de produção do café orgânico.

Outra característica importante do grupo MOBIO é a visão ambiental no processo de produção. O resíduo de café, que é a casca do grão de café utiliza-se na produção de artesanato, como: vasos para flores, jarras, bandejas, caixa de presentes, adornos para árvores de Natal, botões, cesta de pães e fruteiras e, as sacarias que não são utilizadas na produção se tornam aventais e sacolas. Essa atividade artística está evoluindo com novos métodos e materiais como, por exemplo, utilizando cola branca, borra de café em altas temperaturas para fazer utensílios de cozinha mais duráveis, um tipo de cerâmica negra.

As mulheres se organizam e transmitem a sua história e os seus processos de trabalho de forma oral. Isso é um fato complicador para utilizar essas informações para benchmarking. Para obter essas informações foi preciso uma escuta pessoal de cada uma delas. Registrar a história dessas mulheres pode ser um tema de pesquisa para futuros pesquisadores sociais.

Mulheres MOBI e a política PRONAF:

No segmento de mulheres, muitas herdeiras iniciaram como produtores individuais. Elas haviam saído das cidades após aposentadorias e possuíam de 5 a 20 módulos fiscais. Com este perfil supunham ser um público potencial do PLANAPO e do PRONAF. Essas pessoas

se sentiram sem estímulo e apoio para se tornarem entrantes no processo de produção orgânica, porque não atendiam o requisito da renda gerada no estabelecimento.

Elas possuíam o perfil correto para a conversão porque eram pessoas alfabetizadas e empreendedoras, o que encurtaria o tempo de conversão. Porém 100% de suas rendas provinham das aposentadorias urbanas o que naturalmente as excluía do Programa de Agricultura Familiar. A Lei não considerou a possibilidade de subsidiar produtores entrantes. O entrante fará inicialmente investimentos e não terá renda gerada pela propriedade pelo ao menos por 2 a 4 anos, até que a primeira colheita seja realizada.

Os formuladores da política não diagnosticaram a evolução e tendência que os saídos das zonas rurais nos anos de 1970, poderiam ter voltado as áreas rurais dos familiares. E, isso ocorreu após os anos de 2000. Que herdeiros voltaram após suas aposentadorias urbanas e, por não estar contemplados nas políticas agrícolas, apenas tiveram a opção de se organizar para à demanda por bens e serviços não-vinculados diretamente à produção agropecuária, como: artesanato, lazer e turismo rural, os quais podem ser desenvolvidos no próprio meio rural, apesar de serem consumidos, majoritariamente, por residentes nos centros urbanos;

Havia outros critérios limitantes que os gerentes banco deveriam resguardar como: produtores deveriam residir na propriedade rural ou em uma localidade próxima; utilizar mão de obras de terceiros apenas como algo excepcional e sazonal (se os empregados forem fixos, é preciso ser em menor número que os integrantes da família);

No período de 1990 a 2016 viver no campo era perigoso. Os partidos de esquerda inflavam os Movimentos Sem Terra para invadir propriedades e, estes utilizavam de violências em suas ações. Analisando entre vantagens e desvantagens do programa de Agricultura Familiar e a realidade no campo os produtores rurais decidiam não utilizar estes financiamentos, os apoios e assistência porque entendiam que possuía um público ideológico definido.

Entre 2016 e 2017, a política já havia ampliado o espectro de beneficiários com a resolução do Banco Central n ° 2629/2001 e passou caracterizar grupos mais diversos. Além disso, a Declaração de Aptidão PRONAF -DAP- classificou os agricultores familiares em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas:

Grupo "A":	Grupo "B":	Grupo "A/C":	Grupo "D":
Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – ou Programa Nacional de Crédito Fundiário.	Aquelas com renda bruta familiar anual de até R\$.20 mil reais.	Egressos do Grupo A	Demais Unidades Familiares de Produção Rural – Aquelas cuja renda bruta familiar anual não ultrapasse R\$ 360 mil reais.

Fonte: Banco Central, 2001.

O acompanhamento e avaliação do impacto de políticas públicas durante a implantação é roteiro para evitar erros no desenvolvimento regional. Fatores como a dinâmica da sociedade em função dos deslocamentos do ambiente urbano para o rural e vice-versa (isso

ocorreu em período de pandemias) precisam ser diagnosticados. Os resultados das políticas já implementadas precisam ser entendidos como insumos importantes para correção de rumos dos serviços da política pública em vigor e, para checar a coerência dos parâmetros e critérios com a realidade.

Em certos setores, como no café orgânico, o PLANAPO só foi implantada pelos esforços dos certificadores. Neste caso, se pode afirmar que a certificação foi estratégia para a implantação do PLANAPO, porém, essa estratégia atingiu um nível ótimo de evolução?

Não se sabe, este é outro tema para investigação. E, antes mesmo que se promova uma política pública para a certificação de carbono em café é preciso corrigir diversos fatores críticos que foram entraves no PLANAPO, como: baixa alfabetização dos produtores, critérios limitantes de créditos e serviços de políticas públicas obrigatórios não fornecidos.

■ CONCLUSÃO

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO inicialmente priorizou as atividades de horticultura e produção de alimentos para sobrevivência da família rural. No período 2007 a 2017 existia mais produtores de hortaliças que utilizavam recursos financeiros da Agricultura Familiar do que produtores de café. O plano PLANAPO no setor de café era desconhecida para 93% dos produtores de café.

O plano PLANAPO não atingiu os objetivos previstos na sua formulação, em especial, sobre diminuir desigualdades de gênero e de inclusão de 10 mil jovens na produção orgânica. As mulheres que produzem café orgânico do Grupo MOBI haviam se organizado antes da criação da política pública.

No que se refere à articulação e integração de políticas públicas pode se afirmar que ocorreu uma integração com a Política de Agricultura Familiar. No processo de conversão de café convencional para café orgânico havia 150 produtores, nas cidades estudadas, que possuíam a Declaração de Aptidão PRONAF-DAF. A DAF era o critério para estar inserido no Programa de Agricultura Familiar e ter acesso aos recursos financeiros.

Os produtores orgânicos que utilizavam os recursos do Programa de Crédito Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar – PRONAF Custos representavam 11% de 341 produtores. Porém não conheciam a linha de Crédito denominada PRONAF MULHER e PRONAF JOVEM. A linha de crédito PRONAF Agroecologia não chegou a ser implantada.

Os produtores de café orgânico têm a terminação de desenvolver essa cultura por tres razões: o preço prêmio chega a 50% a mais em relação ao preço do café convencional, pela saúde humana e pela assistência técnica gratuita.

Na época os agentes da implantação do plano PLANAPO era a Empresa Brasileira de Assistência Técnica - Emater, a Ater Agroecologia que trabalharam a difusão dos princípios

agroecológicos e atuavam nas cidades de Poço Fundo e Machado. Entre os municípios visitados só a COOPFAM trabalhou com um conjunto de estratégias e associada à Emater e Ater para capacitar os produtores de café orgânico.

Agradecimentos

Agradeço atenção e dedicação do orientador-professor Javier Esparcia, do Instituto de Desenvolvimento Territorial e Local da Universitat de Valencia, Espanha. A dedicação do conselheiro Eliseu Alves, da Embrapa; o apoio o professor José Marcio Carvalho, da FACE/Unb e Rosaura Gazzola, Embrapa.

■ REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, E. W.; FORNELL, C.; LEHMANN, D. R. Customer satisfaction, market share, and profitability: findings from Sweden. **Journal of Marketing**, v. 58, p. 53-66, July 1994. <Disponível em <http://www.theacsi.org/about-acsi/the-science-of-customer-satisfaction>. Acesso em março de 2014.
2. ARAÚJO; MARLENE DE. **Política de Agroecología y Producción Orgánica: Productores en el Sur de Minas Gerais**, Brasil. Tesis Doctoral. Universitat de Valencia, España, 2017, 383 págs.
3. BANCO CENTRAL. **RESOLUÇÃO Nº 2629**; Documento normativo revogado pela Resolução 2879, de 08/08/2001. <Disponível em https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2629_v2_L.pdf> Acesso em abril e 2016.
4. BARBOSA, LUIZ MAURO, Coord. Desafios do processo frente à crise ambiental. **VIII Simpósio de Restauração Ecológica/Luiz Mauro Barbosa**- São Paulo. Instituto de Botânica, 219-278 p.
5. BENJAMIN; A. **Entrevista de Ajuda**, Editora Martins Fontes, São Paulo, 12ªED, 2008, 208 págs.
6. BRASIL, **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** - PNAPO 2016-2019, Decreto Presidencial 7.794 de 20 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/ato/2011-2014/2012/decreto.htm>> Acesso em: 12 de março de 2014.
7. BRASIL, **Política Nacional de Meio Ambiente**- Lei Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm> Acesso em 12 março de 2014.
8. BRASIL, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA**; Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em março de 2017.

9. COELHO; CARLOS NAYRO. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil: 1931-2001. **Revista de Política Agrícola**, v: 10; n°3 MAPA, Brasília, 2001. <Disponível em <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/237>> Acesso em janeiro de 2016.
10. GARCIA FILHO, D. P. INCRA, 1997. **Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico**, 1997. 65 págs., PDF. MINAS GERAIS; LEI N° 21.146, de 14/01/2014; **Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO** - <Disponível em <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21146-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-agroecologia-e-producao-organica-peapo-e-da-outras-providencias>> Acesso em agosto de 2014.
11. TREVISAN; ANDREI P. E BELLEN; HANS M. Avaliação de políticas públicas: **uma revisão teórica de um campo em construção**. **Rev. Adm. Pública** 42 (3), Jun 2008 <Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>> acesso em agosto de 2012.
12. SABATINI, F. M., S. BURRASCANO, W. S. KEETON; et al 2018. **WHERE ARE EUROPE'S LAST PRIMARY FORESTS?** Diversity and Distributions. <Disponível em Centro de Ecologia Aplicada/Wiley. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/ddi.12778>. Acesso em janeiro de 2019.
13. SCHNEIDER; BEM R.; **O estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas**. Texto para Discussão, 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Tio de Janeiro: Ipea. 2013. 42 págs.